



Relatório e Contas

Ano de 2017



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

Índice

Introdução.....	2
Órgãos Sociais e Estrutura Orgânica	3
Destaques	6
Atividade da empresa.....	7
Recursos Humanos	25
Investimento.....	27
Provisões.....	27
Análise económica financeira.....	29
Procedimentos Contratação Pública	35
Acontecimentos subsequentes.....	36
Perspetivas para o ano de 2018.....	36
Proposta de aplicação de resultados.....	37
Disposições finais	37
Anexo ao Relatório de Gestão	39



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1 000 000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO

Ano de 2017


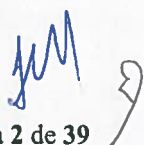
1. A EMPRESA

A sociedade Ecolezíria – Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, (adiante designada por “Ecolezíria, EIM” ou “Empresa”) com sede na Estrada Nacional 114 em Raposa – Almeirim, pessoa colectiva n.º 504 871 650, foi constituída em 15 de Dezembro de 2004, com o capital social de 50.000,00 Euros, tem como objeto principal a recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos produzidos na área dos Municípios associados na Resiurb – Associação de Municípios de Coruche, Benavente, Salvaterra de Magos, Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Cartaxo para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

A sua constituição resultou de prévio concurso por convite promovido pela “Resiurb – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos”, que selecionou como parceiro para a criação da Empresa o agrupamento de empresas privadas – “Construtora do Lena, S.A.”, “Serurb – Serviços Urbanos, Lda” e “Engil – Sociedade de Construção Civil, S.A.”, tendo sido constituída nos termos do disposto na Lei nº 58/98 de 18 de Agosto (Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais), já revogada, regendo-se atualmente pela Lei 50/2012 de 31 de Agosto.

Após a sua constituição, e fruto de reorganização interna dos sócios privados, a Ecolezíria, EIM teve como detentores do capital a “Resiurb – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos” (51%), Lena Ambiente – Energia e Ambiente, S. A. (24,5%) e Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S. A. (24,5%).

No entanto em 04 de novembro de 2015 a RESIURB adquiriu através de ação potestativa, com visto do Tribunal de Contas, as ações pertencentes aos acionistas privados, passando a Empresa a ter capitais exclusivamente públicos.



Página 2 de 39



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

Após esse ato, a empresa-mãe, RESIURB – Associação de Municípios para Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos com sede social em Almeirim, constituída pelos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos, ficou a deter a totalidade do capital social (50.000€), tendo, em consequência, a Empresa procedido à correspondente alteração dos membros dos órgãos sociais para o corrente mandato.

Em Assembleia Geral da Ecoleziria, realizada a 28 de abril de 2016, foi deliberado o aumento de capital social da Empresa para 1.000.000€ por incorporação de reservas, tendo sido mantido o número e a qualidade das ações (série A:1.020; série B: 980) e aumentado o seu valor nominal para 500€ cada.

2. ORGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ORGÂNICA

Após deliberação da Assembleia geral de 16 de março de 2018, os Órgãos Sociais para o quadriénio 2018-2021 apresentam a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Mário Fernando Atracado Pereira

Secretário: Hélder Manuel Esménio

Conselho de Administração

Presidente: Dionísio Simão Mendes

Vogal: Carlos António Pinto Coutinho

Vogal: Maria de Fátima Galhardo

Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efetivo: Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda., representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro

Fiscal Único Suplente: Paula Saraiva & Manuel Pereira, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Ana Paula Monteiro Barbeitos Saraiva e Silva.



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almerim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1 000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

A composição dos Órgãos Sociais do mandato cessante, de 2014-2017, era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Mário Fernando Atracado Pereira

Secretário: Hélder Manuel Esménio

Conselho de Administração

Presidente: Pedro Miguel César Ribeiro

Vogal: Dionísio Simão Mendes

Vogal: Carlos António Pinto Coutinho

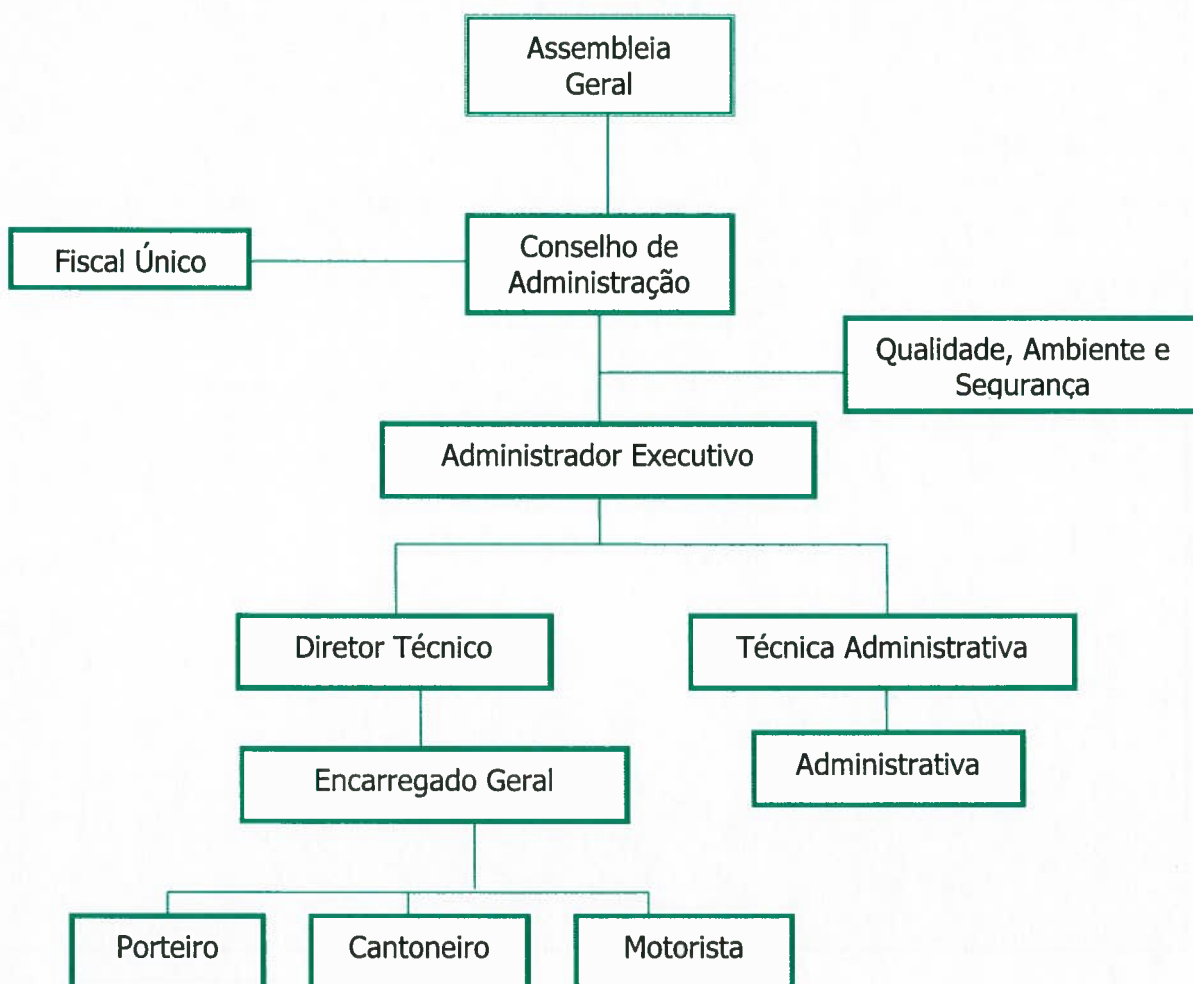
Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efetivo: Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda., representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro

Fiscal Único Suplente: Paula Saraiva & Manuel Pereira, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Ana Paula Monteiro Barbeitos Saraiva e Silva.



Estrutura Orgânica







Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1 000 000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

3. DESTAQUES

- Aquisição de 870 ecopontos para aumento da rede existente e substituição dos danificados;
- Aquisição de 18 novos oleões;
- Aquisição de 5 contentores metálicos fechados de 40m³;
- Participação na Feira Nacional de Agricultura;
- Participação na Alpiagra;
- As vendas e as prestações de serviços relativas ao exercício de 2017 totalizaram o valor de 3.146.266,40 euros;
- Os juros obtidos com as aplicações financeiras existentes totalizaram 8.614,57 euros;
- O resultado líquido da empresa ascendeu a 268.392,59 euros, a que corresponde uma margem líquida de 8,53%.



Página 6 de 39



4. ACTIVIDADE DA EMPRESA

4.1. GESTÃO DE INDIFERENCIADOS

a) Indicadores

Durante o exercício de 2017 foram rececionadas **53.818,66 toneladas** de resíduos, quando comparadas com as **53.044,94 toneladas** no mesmo período do ano anterior, resultam num acréscimo de **1,46%**.

No quadro seguinte pode-se verificar a totalidade de resíduos recebidos em 2017 quando comparados com o período homólogo de 2016:



Destino	Resíduos	Total Resíduos 2017 (TO)	Total Resíduos 2016 (TO)
Valorização R13	Indiferenciados	52 402,28	52 099,28
	Parques e jardins	734,08	466,46
	Monstros	682,30	479,20
	Outros	0,00	0,00
Total de resíduos		53 818,66	53 044,94

b) Exploração do sistema

Até ao final do exercício de 2017 a totalidade dos resíduos indiferenciados entregues pelos Municípios na EcoZiria, foram encaminhados para a Resitejo e tratados numa unidade de tratamento mecânico e biológico, deixando de existir deposição em aterro desde meados de 2015. Pelo tratamento de resíduos numa unidade externa a EcoZiria suporta o custo de 23,90 €/tonelada de resíduos para valorização entregues na Resitejo. Além deste valor é também suportada a Taxa de Gestão de Resíduos no valor de 7,70 € por tonelada (em 2017) sobre 40% dos resíduos indiferenciados encaminhados para tratamento.

c) Resíduos depositados no centro de tratamento da Raposa

A tabela seguinte apresenta as quantidades de RSU e Equiparados rececionados por produtor até ao final do ano de 2017:





Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

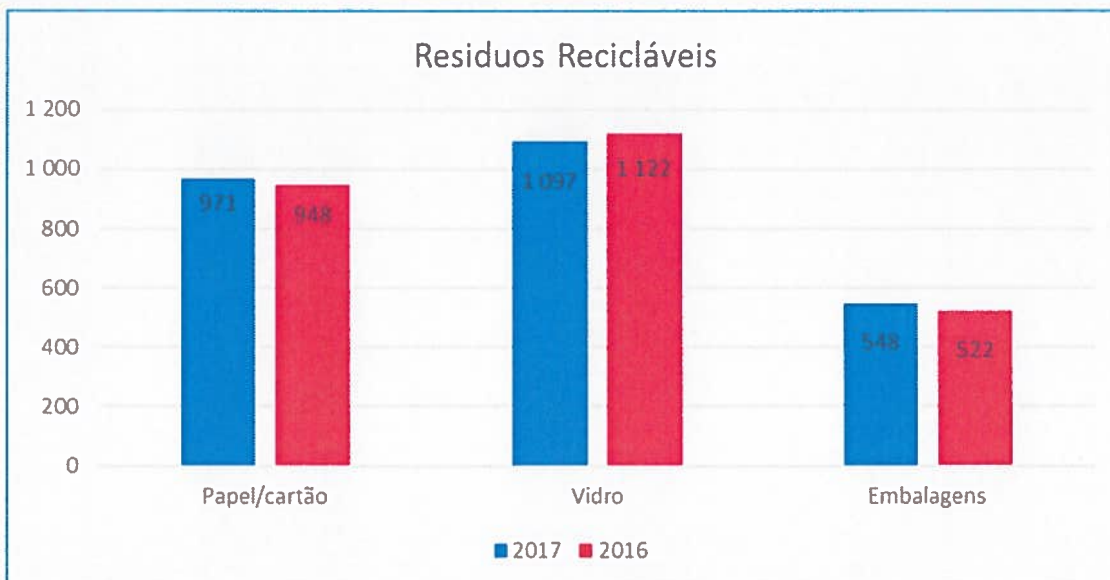
Municípios	Área (Kms2)	N.º de habitantes	Valorização-R13			
			Resíduos Infierenciados	Parques e jardins	Monstros	Total
Almeirim	222	23 376	10 623,52	348,72	116,44	11 088,68
Alpiarça	95	7 702	3 352,76	0,00	13,16	3 365,92
Benavente	521	29 019	12 069,24	0,00	238,92	12 308,16
Cartaxo	158	24 458	9 236,00	342,20	129,38	9 707,58
Coruche	1 116	19 944	7 518,90	28,66	35,50	7 583,06
Salvaterra de Magos	244	22 159	9 601,86	14,50	148,90	9 765,26
Total	2 356	126 658	52 402,28	734,08	682,30	53 818,66

Da análise do quadro verifica-se que ao nível da entrega de resíduos o Município de Benavente é o que mais se destaca, sendo responsável pela entrega de 22,87% da totalidade de resíduos, seguido do Município de Almeirim com 20,60%. Por outro lado, o Município de Alpiarça é que menos resíduos entrega correspondendo apenas a 6,25% dos resíduos, sendo também o Município com menor número de habitantes face aos restantes.

Gestão de Resíduos Valorizáveis

a) Recolha Seletiva (ecopontos e ecocentros)

No gráfico seguinte apresentam-se as quantidades de resíduos valorizáveis recolhidos em ecopontos e entregues nos ecocentros até final deste semestre e a comparação com o mesmo período de 2017:



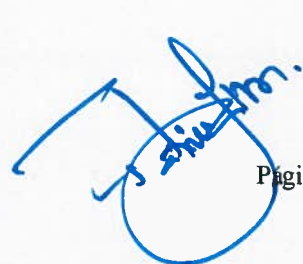

Analisando comparativamente as quantidades de resíduos recicláveis entregues na Ecolazéria no ano de 2017 e respetivo período homólogo, verifica-se que existiu um acréscimo de 0,92%, na totalidade dos resíduos recicláveis recolhidos. Se se analisar a situação por resíduo, podemos observar que:

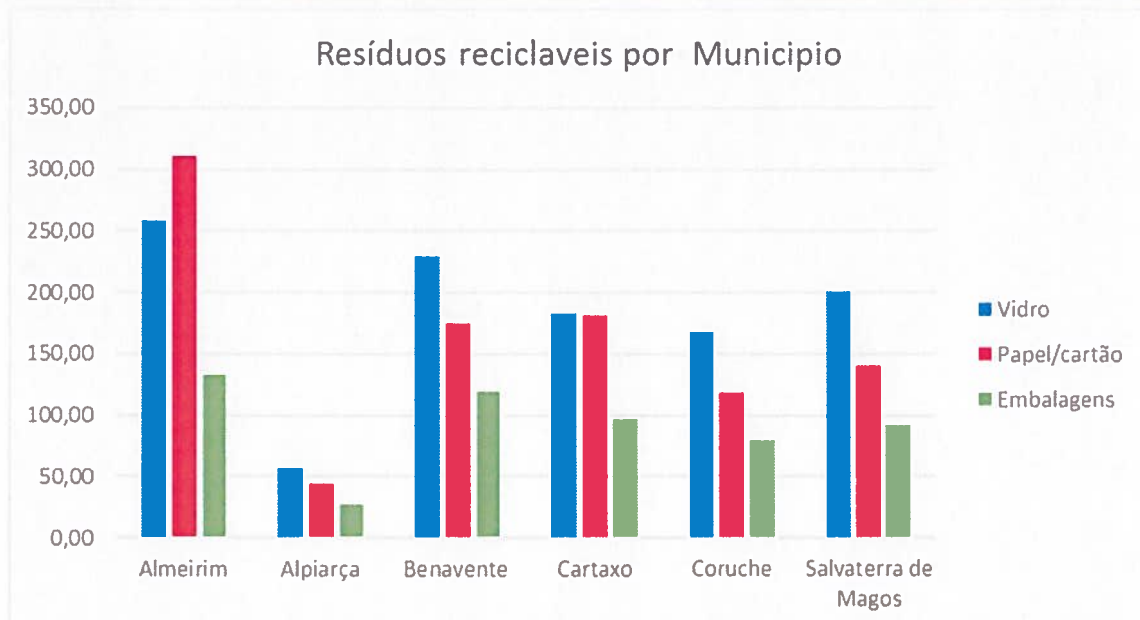
As **1.097** toneladas de **vidro** recebidas na Ecolazéria até final deste ano, quando comparadas as **1.122** toneladas recebidas no mesmo período de tempo, representam um decréscimo de **2,24%**.

Relativamente ao **papel/cartão**, as **971** toneladas recebidas, comparadas com as **948** toneladas recebidas no mesmo período de tempo até final do ano anterior, representam um acréscimo de **2,38%**.

Relativamente às **embalagens**, verificou-se que no ano de 2017, foram recebidas **548** toneladas e no período homólogo anterior **522** toneladas, o que representa um acréscimo de **5,07%**.

A tabela seguinte apresenta a variação de papel/cartão, embalagens e vidro, por município na recolha seletiva e ecocentros no ano em análise:



Página 9 de 39



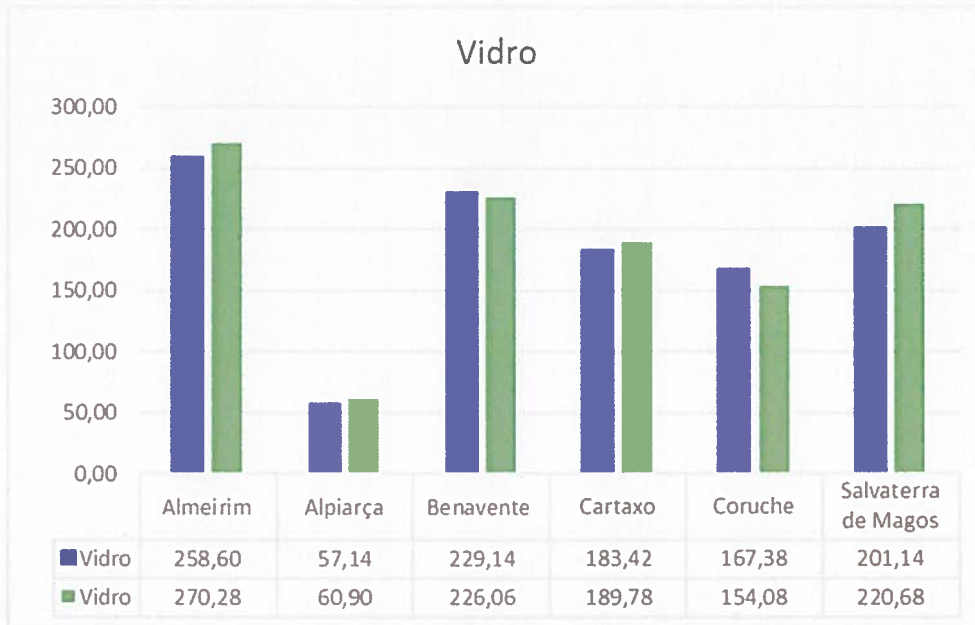
Da análise do gráfico verifica-se que ao nível do vidro são os Municípios de Almeirim e Benavente que mais se salientam com a entrega de 258,60 e 229,14 toneladas, respetivamente.

Relativamente ao papel/cartão, salientam-se os Municípios de Almeirim e Cartaxo com a entrega de 310,94 e 181,80 toneladas, respetivamente para cada um dos Municípios.

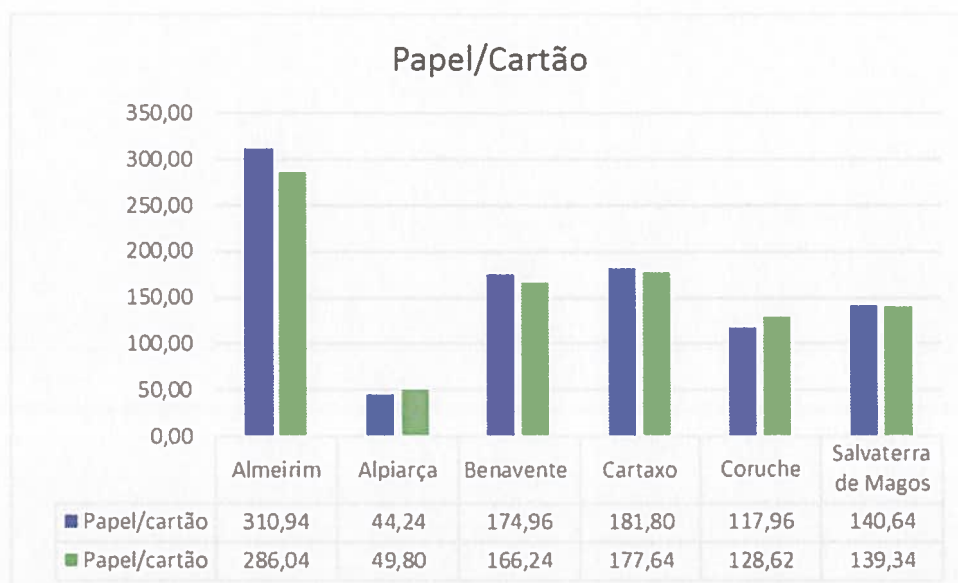
Quanto às embalagens são os Municípios de Almeirim e Benavente os que mais se salientam com a entrega de 133,42 e 119,54 toneladas.




Em sentido inverso, como menos toneladas entregues temos o Município de Alpiarça, que também diminui as toneladas entregues face ao ano anterior.

Nos quadros seguintes pode-se verificar as quantidades entregues por Município e resíduo e a respetiva comparação com o período homologado:

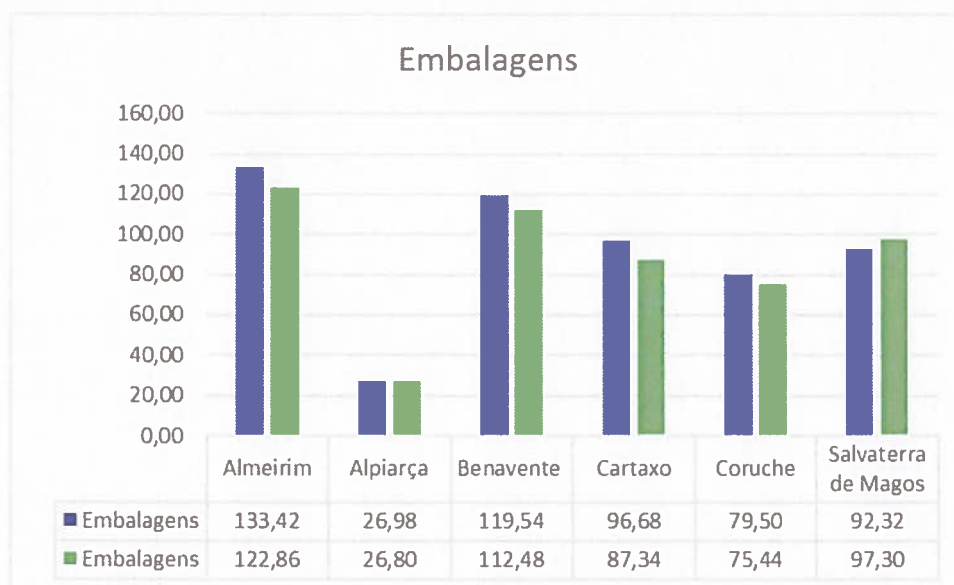


A recolha de vidro apresenta um decréscimo de 2,22%, sendo os Municípios de Salvaterra de Magos e Almeirim que apresentam o maior decréscimo de 19,54 e 11,68 toneladas, por outro lado o Município de Coruche apresenta um aumento de 13,30 toneladas face ao período homólogo.



A entrega de papel/cartão aumentou 2,41% face ao período homologado, salientando-se o Município de Almeirim com um aumento de 24,90 toneladas, em sentido inverso salienta-se o Município de Coruche com um decréscimo de 10,66 toneladas em comparação com o ano anterior.



As embalagens apresentam, face ao período homólogo, um acréscimo de 5,02%. O Município de Almeirim salienta-se com um aumento de 10,56 toneladas. Por outro lado, o Município de Salvaterra de Magos apresenta um decréscimo de 4,98 toneladas.

b) Outros Materiais recolhidos recicláveis (Ecocentros/Aterro)

Na tabela seguinte são apresentadas as quantidades de outros materiais recicláveis recolhidos até final do ano de 2017 e a comparação com as quantidades recolhidas no mesmo período do ano 2016:

Outros Resíduos Recicláveis	Total 2017 (To)	Total 2016 (To)	Varição (%)
Metais	18,66	13,44	38,84%
OAU	3,18	2,52	26,19%
Óleos Minerais	2,74	4,05	-32,35%
Pilhas e acumuladores	2,02	2,1	-3,81%
Plástico Agrícola	25,62	6,58	289,36%
Tinteiros e Tonners	0	0,14	-100,00%
Plástico Rígido	82	76,5	7,19%
Pneus usados	4,28	0	0,00%
Lampadas Fluorescenes	1,26	0	0,00%
REEE's	20,92	21,62	-3,24%
Total	160,68	126,95	26,57%

Analisando comparativamente os dados, verifica-se uma melhoria significativa na entrega/recolha de outros materiais recicláveis, que aumentou 26,57%, até 31 de dezembro de 2017, face ao período homologado anterior, salientando-se o plástico agrícola e os óleos alimentares usados (OAU). Por outro lado, a entrega de óleos minerais apresenta um decréscimo de 32,35% e os tinteiros e tonners não tiveram qualquer entrega em 2017.

4.2. Monitorização Ambiental

c) Tratamento de Lixiviados

O tratamento dos lixiviados produzidos no aterro sanitário da Raposa foi efetuado pelo sistema de osmose inversa em três fases da Ecoleziria.

Em janeiro de 2017 a Ecoleziria realizou um concurso público para a operação e manutenção da osmose inversa, tendo a empresa Keep On, Lda. apresentado a melhor proposta para a prestação de serviços.

Assim, desde 08 de junho de 2017, a Keep On, Lda. é a empresa responsável pela exploração e tratamento dos lixiviados de acordo com o contrato realizado.

A monitorização é realizada conforme o estabelecido na Licença de Ambiental n.º 83/2008, pela Licença de Exploração 33/2011 e pela Licença de Descarga de águas residuais no meio hídrico n.º2012.001515.000.T.L.RJ.DAR.






Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

d) Boletins Analíticos

De acordo com o Plano de Controlo e Monitorização Ambiental para 2017 foram executadas as análises e enviados os boletins de análises pelo Laboratório Acreditado, a quem foi feita a adjudicação do serviço. Estes encontram-se arquivados nas instalações da Ecoleziria.

e) Biogás

O biogás foi monitorizado de acordo com a periodicidade definida para lixeira encerrada. Os parâmetros medidos foram o CH₄, CO₂ e O₂.

A PA RESIDEL, S.A. é atualmente a empresa responsável pela monitorização do biogás, apresentado um relatório trimestral das atividades onde estão incluídos os valores dos parâmetros verificados na monitorização.

4.3. Processos

4.3.1 *De natureza ambiental*

Dado que a Licença Ambiental n.º 83/2008 e a Licença Exploração n.º 33/2011 terminaram a sua vigência em agosto de 2012, a Empresa de imediato deu entrada do processo de renovação das mesmas junto da CCDR – LVT.

Ora na análise do processo, problemas foram levantados por parte do Ordenamento do território que se prendem com a desafetação do PDM e da REN da área ocupada pelo aterro.

No sentido de solucionar o problema foram realizadas várias reuniões entre a Ecoleziria, o Município de Almeirim e a CCDR-LVT no sentido de se ultrapassar esta questão que está a impedir a Renovação das Licenças mencionadas.

Em 2013 foram entregues no Município de Almeirim ofícios com o pedido extraordinário de desafetação da REN e do PDM do Município com delimitação da área ocupada pelo aterro e respetivas infraestruturas existentes no local com vista à emissão das respetivas desafetação e alteração.

Em 07 de Junho de 2013 foi publicado em Diário da República, Aviso n.º 7529/2013, a alteração do PDM na área de implantação do Centro de Tratamento Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Raposa. Em setembro de 2013 foi paga a Taxa de



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matrícula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1 000 000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

Licenciamento de Aterro, no valor de 14.597,85 €, continuando a Empresa a aguardar a emissão das respetivas Licenças. De salientar que em tempos a Empresa rececionou um documento com origem na Agência Portuguesa do Ambiente informando da prorrogação de prazo da Licença Ambiental até 31 de dezembro de 2014.

Em 2017 por decisão do Conselho de Administração, a Ecoláziria contratou uma empresa, para, em colaboração com o município de Almeirim, realizar as alterações solicitadas pela CCDR e terminar este processo.

Existem os seguintes processos relacionados com o licenciamento ambiental e de exploração do aterro:

Processo CO/000332/15

Em 06 de abril de 2015 foi recebido na Empresa o Relatório de Inspeção proveniente do IGAMAOT referente à inspeção realizada no dia 05 de agosto de 2014.

No Relatório é descrito todo o funcionamento do aterro e as áreas analisadas e são relatadas **três infrações** detetadas, duas das quais relacionadas com o descrito anteriormente relativamente à **Licença Ambiental** e à **Licença de Exploração do aterro** e a última relacionada com o facto de não se ter cumprido o prazo legal para **comunicação de incumprimento dos valores estipulados na Licença de descarga no meio hídrico**. Posteriormente em 02 de junho de 2015 a Empresa foi notificada com a informação de que, decorrente da Inspeção realizada, *lhe é imputado o processo de contra-ordenação n.º CO/000332/15, podendo no prazo de 15 dias úteis apresentar defesa*. Nesse sentido em 29 de junho de 2015, durante o processo de audiência prévia, a empresa respondeu em sua defesa alegando, que em devida altura adotou todos os procedimentos necessários para a renovação das mesmas e que se tal renovação não foi emitida foi por motivos alheios à Ecoláziria. Relativamente ao incumprimento relativo aos VLE's, a Empresa informou que o tratamento e descarga é realizado com supervisionamento da empresa AST, Lda. Por ultimo foi solicitada a extinção do processo contra-ordenacional.

Em 28 de março de 2016, o IGAMAOT convocou as testemunhas para prestar declarações no dia 12 de abril 2016, em Lisboa. Após o interrogatório, e até ao momento, não houve mais desenvolvimentos sobre este processo.



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

Processo nº 500.30.10.00440.2015/DSRVT

Em 15 de dezembro de 2015 foi recebido na Empresa um mandado de notificação por parte da CCDR em que a Empresa é arguida no processo de contraordenação. Em 15 de julho de 2015 deslocaram-se às instalações da Empresa técnicos da CCDR e verificaram que o alvará 56/2009 relativo à operação de gestão de resíduos estava caducado e a Estação de Transferência de Resíduos não tinha licenciamento. Nesse sentido a Empresa foi inculpada de ter cometido uma contraordenação ambiental muito grave, com coima variável entre 24.000 € e os 144.000 € em caso de negligência e entre 240.000 € e 5.000.000 € em caso de dolo. Foi concedido à Empresa o prazo de 15 dias úteis para apresentar defesa e arrolar testemunhas.

Posteriormente, em 08 de janeiro de 2016, a Empresa apresentou a sua defesa demonstrando que relativamente ao alvará 56/2009, apesar do mesmo ter caducado em 16 de junho de 2014, tal facto não poderá ser imputável à Empresa uma vez que já em janeiro de 2012 a Empresa deu entrada do processo nas entidades competentes para renovação das Licenças em causa, tendo efetivamente pago as respetivas licenças sem que até ao momento as tivesse obtido. Efetivamente apenas deu entrada na Empresa por parte da Agência Portuguesa do Ambiente um e-mail com a prorrogação da Licença Ambiental até final do ano de 2014. Acresce ainda que relativamente à Licença para a Estação de Transferência e nos termos do Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de junho, uma Estação de Transferência de RSU configura uma armazenagem preliminar de resíduos, não estando por isso sujeita a licenciamento, pelo que esta operação está isenta de licenciamento. Foi este o entendimento da CCDR-LVT emitido para a Estação de Transferência de RSU em 29 de agosto 2014, de acordo com o que lhe foi solicitado pelo Município do Cartaxo.

Assim, a Ecoláziria requereu que fosse dada por não provada a contraordenação relativa ao licenciamento da Estação de Transferência e fosse extinto o procedimento levantado pela CCDR pela sua inutilidade do prosseguimento do mesmo e também que fosse ordenada a suspensão do procedimento até finalização do processo de renovação do alvará.

Em 22 de janeiro de 2016 a CCDR-LVT convocou as testemunhas para prestar declarações, em 02 de fevereiro de 2016, nas instalações da CCDR em Santarém. Após terem sido ouvidas as testemunhas não houve, até ao momento, qualquer reação por parte daquela entidade.



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

Os processos abaixo caracterizados mantêm-se por solucionar há alguns anos:

Proc. de Contraordenação nº CO/001605/07

Mantem-se pendente a obtenção da Licença para operações de gestão de resíduos, por questões relacionadas com o terreno, onde se encontra a Estação de Transferência de Coruche, por confrontação com o Plano Diretor Municipal (PDM). Em 2008, a Estação de Transferência foi sujeita a vistoria, por parte das entidades competentes, e foi paga a correspondente coima no valor de 4.100,00 €. No caso deste Município, a situação mantêm-se em análise na Associação de Municípios – RESIURB a proposta de contrato de comodato.

Proc. de Contraordenação nº CO/001609/07

Esta é uma situação em tudo semelhante à relatada no parágrafo anterior: a obtenção da Licença para operações de gestão de resíduos mantêm-se pendente por questões relacionadas com o Plano Diretor Municipal (PDM). Em 2008, a estrutura foi igualmente sujeita a vistoria, por parte das entidades competentes, e paga a correspondente coima no valor de 7.600,00 €. Na altura a situação foi comunicada ao Município do Cartaxo, continuando a aguardar-se uma solução.

Proc. de Contraordenação nº CO/001607/07

Quanto a este processo, da Estação de Transferência de Salvaterra de Magos, mantêm-se a ausência de licença para operações de gestão de resíduos e da licença para o furo de captação de águas subterrâneas.

Aguarda-se que o litígio existente com proprietário do terreno seja ultrapassado, de modo a que a Ecoloziria possa dar continuidade ao licenciamento da Estação de Transferência.

Em 01 de Junho de 2011, a Ecoloziria rececionou do Tribunal Judicial de Benavente uma citação onde é mencionado que esta e a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos devem reconhecer o direito de propriedade ao proprietário do terreno, devolve-lo tão breve quanto possível e indemnizar o proprietário desde 11 de Agosto de 2010 até à data de desocupação pelo valor de 3.000 € mensais.



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

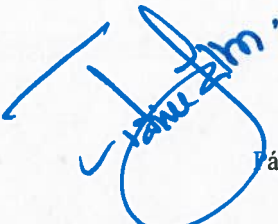


Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

Em 16 de Junho de 2011, a Empresa remeteu esta informação para o seu consultor jurídico para contestar a obrigação de pagamento.

Entretanto em fevereiro de 2016, por despacho do Tribunal foi realizada perícia ao prédio em questão tendo os peritos apurado que o valor mensal de 3.000 € de renda que é solicitado pela empresa Silvicultura, S.A. se mostra adequado. No entanto, se o valor locativo se reportar apenas ao terreno, é seu entendimento de que a renda não deve ultrapassar 1.900€. Assim, a provisão constituída em dezembro de 2016 (73.150,00€) foi reforçada em 11.400,00€, passando o seu valor acumulado para 84.550€. A provisão corresponde a 50% do valor das rendas vencidas desde agosto de 2010 até 31 de dezembro de 2017. Os restantes 50% serão da responsabilidade do Município de Salvaterra de Magos.

No seguimento de tal conclusão, as rés recorreram solicitando uma segunda perícia ao terreno em que estivessem presentes um perito de ambas as partes, pretensão que foi aceite pelo Tribunal de Benavente em junho de 2016. Em fevereiro de 2017 foi marcado julgamento no Tribunal de Benavente para o dia 04 de abril de 2017. Nesta sessão, quer a autora da ação quer as rés demonstraram vontade de se negociar um acordo, mas, em virtude de, previamente, ser necessário obter junto da RESIURB e de todos os representantes do Municípios um consenso quanto ao valor da proposta a apresentar, a sessão foi suspensa, tendo sido agendada nova audiência para o dia 06 de junho de 2017, com audição de testemunhas. Na data agendada foram ouvidas as testemunhas e foi apresentada, pelas rés, a proposta de aquisição do terreno, aguardando-se a respetiva reação por parte da autora. A autora da ação informou as rés que concorda tanto com o aluguer do terreno como com a venda do mesmo sem prejuízo do recebimento das rendas desde agosto de 2010 pelos 1900 €/mensais. Entretanto as rés propuseram o valor de 151.200 € para aquisição do terreno, que não foi aceite pela autora da ação e também o valor das rendas não foi aceite pelas rés. Assim, em 12 de dezembro de 2017 a autora da ação informou o Tribunal de Benavente que não foi possível alcançar acordo entre as partes, requerendo o prosseguimento dos autos. Em janeiro de 2018 foi marcada audiência para o dia 10 de abril de 2018.

4.3.2. De natureza fiscal



Página 18 de 39 



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1 000 000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

Processo CAAD 832/2014-T

Na sequência de ato inspetivo realizado pela Autoridade Tributária a Empresa rececionou em abril de 2014 o relatório de inspeção tributária onde é mencionado que estruturas/instalações utilizadas na atividade são consideradas benfeitorias e encontram-se omissas na matriz. Em consequência, foram inscritas coercivamente nas respetivas matrizes, as instalações onde estão situados o aterro sanitário e a Estação de Transferência de Salvaterra de Magos. Posteriormente a empresa foi notificada para realizar o pagamento de IMI, o qual realizou, apresentando em simultâneo, em maio de 2014, reclamação graciosa à Autoridade Tributária, informando que a Ecoleziria não é proprietária das infraestruturas, mas sim a RESIURB, tendo, no entanto, o processo sido indeferido.

Assim, em dezembro de 2014, a Empresa recorreu para a Comissão Arbitral Administrativa, apresentando o processo já enviado para a AT.

Em janeiro de 2015, foi rececionado da AT de Salvaterra de Magos um ofício de alteração de titularidade de prédio urbano para a RESIURB e a devolução de uma pequena parte da verba paga pela Empresa.

Quanto às instalações do aterro em Almeirim, foi proferido despacho pelo CAAD em 14 de abril de 2015 no sentido da anulação do IMI desta instalação e a respetiva devolução de verba à Ecoleziria. Neste caso ainda não foi devolvida qualquer verba, por parte da AT, continuando esta entidade a liquidar e a cobrar o IMI.

À data de 31 de dezembro de 2017, existe uma verba de IMI pago, indevidamente, de 15.969,23 €, cuja devolução se aguarda, respeitante às instalações da Estação de Transferência de Salvaterra de Magos e às instalações do Aterro em Almeirim.

4.3.3. Outros

Processo 1962/15.9BELRA

Em 05 de novembro de 2015, a Ecoleziria recebeu um ofício da Envirogás, onde é solicitado o pagamento do valor das faturas em dívida até 30.10.2015, que ascendia a 251.630,98 €. No referido ofício, a Envirogás concede à Ecoleziria 30 dias para efetuar o pagamento das mesmas sob pena de resolução unilateral do contrato, recuperação dos



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

valores em dívida, cobrança de juros de mora e pedido de indemnização por eventuais constrangimentos causados pela falta de pagamento por parte da Ecolezíria na tesouraria da Empresa. Mais informa que tal situação tem estado a comprometer a injeção de energia na rede uma vez que desta forma não dispõe a Envirogás de recursos financeiros para fazer face a eventuais investimentos que optimizem a produção de energia.

Em 04 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Ecolezíria analisou o ofício enviado pela Envirogás e deliberou avançar com a rescisão unilateral do contrato tendo por base fundamentos relacionados com o facto de a Envirogás nunca ter cumprido os valores de injeção de energia na rede que se propôs aquando da resposta ao processo de Concurso, apesar de já conhecer a localização e as condições em que iria ter de operar. Por outro lado, a partir de meados de 2014, notou-se um desinvestimento e desinteresse total da Envirogás relativamente às estruturas existentes na Ecolezíria que, conseqüentemente, originou uma quebra muito significativa na produção de energia e a não realização da selagem do aterro, apesar de se ter comprometido a realizar esse serviço, tendo mesmo aceite o projeto realizado pela empresa Hidrovia para selagem do aterro.

Posteriormente, em 28 de dezembro de 2015, a Empresa recebeu uma Citação Urgente do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria relativa a providência cautelar de suspensão de eficácia de ato administrativo, colocada pela Envirogás, Lda. requerendo a suspensão de eficácia da deliberação do Conselho de Administração de 04 de dezembro de 2015 e a condenação da Ecolezíria à não execução das garantias prestadas.

Em resposta, a Ecolezíria apresentou Oposição, em 14 de janeiro de 2016, requerendo que a providência cautelar seja considerada improcedente, por não provada, e que a Empresa seja absolvida, tendo também nomeado testemunhas para o processo.

Posteriormente, as testemunhas foram convocadas para prestar declarações no dia 22 de abril de 2016 no TAF de Leiria. No seguimento da inquirição foi proferida a sentença/despacho em 23 de maio 2016, em sentido favorável à Ecolezíria e dando a providência cautelar sem efeito, podendo dessa forma a Ecolezíria acionar as garantias bancárias prestadas pela Envirogás. Apesar de nova solicitação realizada junto do Banco BPI ainda não foram as mesmas disponibilizadas a favor da Empresa. Entretanto na sequência da sentença proferida pelo TAF de Leiria, a Envirogás recorreu da decisão para a 1.ª Secção do Tribunal Central Administrativo do Sul, processo este que correu sob o



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

n.º **13587/16**, com caráter de urgência, tendo este Tribunal proferido um acórdão favorável à Ecolezíria, em outubro de 2016.

Assim, o processo **1962/15.9BELRA-A**, na unidade orgânica 1 do TAF de Leiria, também ficou encerrado em conformidade da decisão proferida anteriormente.

Em 16 de janeiro de 2017, e no seguimento do que proferido pelo TCAS, a Ecolezíria enviou um ofício à Envirogás com um pedido de indemnização no valor de 1.786.215,70 €, correspondente à selagem do aterro e às perdas referentes à venda de energia à EDP nos montantes 1.400.342,96 € e 354.929,78, € respetivamente. Foi ainda concedido um prazo de dois meses para a Envirogás se pronunciar, que terminou em 23 de março de 2017, não tendo existido qualquer resposta. Nesse sentido a Ecolezíria avançou com um pedido judicial de indemnização à Envirogás pelo valor total de 1.786.215,70 €, cujo processo corre no TAF de Leiria (Processo 1962/15.9BELRA).

Processo 41/16.6T8ALR

Este processo surge na sequência das deliberações da Assembleia Intermunicipal da Resiurb, datadas de 19 de junho de 2015 e 03 de novembro de 2015, no sentido de adquirir, através de ação potestativa, as ações dos acionistas privados Suma, SA e Lena Ambiente, SA. Assim, em 04 de dezembro de 2015, a Ecolezíria, EIM realizou uma reunião da Assembleia Geral para destituição dos membros dos Órgãos Sociais associados aos acionistas privados e nomeou novos membros indicados pela RESIURB, agora única acionista da Empresa.

Posteriormente, em 25 de janeiro de 2016, deu entrada no Tribunal de Almeirim o processo acima mencionado sob a forma de Ação declarativa com processo ordinário, cujo objetivo é a declaração de nulidade das deliberações sociais tomadas na Assembleia Geral da Ecolezíria em 04 de dezembro de 2015.

Em fevereiro de 2016, a Ecolezíria, em resposta, deduziu Contestação requerendo que a ação colocada seja julgada totalmente improcedente por não provada e por falta de fundamento, uma vez que à data de realização da Assembleia Geral, 04 de dezembro de 2015, a SUMA, S.A. e a Lena Ambiente, S.A. já não eram acionistas da Empresa.

Após a obtenção do visto do Tribunal de Contas, a Assembleia Intermunicipal da Resiurb, realizada em 03 de novembro de 2015, deliberou os termos de aquisição das ações, pelo que notificou as Empresas em causa por carta registada com AR de que iria avançar com



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matrícula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

o processo de aquisição de ações. Por outro lado, notificou também a Ecoleziria no sentido de tomar todas as diligências relativas ao facto de passar a ter como único acionista a RESIURB. Assim, não faria sentido convocar a SUMA, S.A. e a Lena Ambiente, S.A. para a reunião de Assembleia Geral da Empresa quando já não eram acionistas. Até ao momento não houve desenvolvimentos neste processo.

Processo 212/16.5BELRA (ACSS)


Em abril de 2015, a Empresa recebeu uma notificação, via e-mail, da DGAL para carregamento no seu site do NIF dos trabalhadores que à data de 01 de janeiro de 2015 tinham vencimento processado. A Empresa procedeu em conformidade.

Posteriormente, em 10 de setembro de 2015, a Empresa foi notificada novamente, via e-mail, mas desta vez pela ACSS, para proceder ao pagamento mensal de 536,11 € com efeitos a julho de 2015. Como justificação a ACSS informou que o regime de capitação é aplicável à Empresa de acordo com o n.º 4 do art.º 154 da Lei 82-B/2014 de 31/12.

Em 24 de Setembro de 2015, a Ecoleziria enviou ao Conselho Directivo da ACSS uma Reclamação Fundamentada do despacho/ofício que foi enviado por mensagem informática em 10 de setembro de 2015, informando aquele Conselho Diretivo que os trabalhadores da Empresa prestam serviço ao abrigo do contrato individual de trabalho e estão sujeitos ao regime geral da segurança social, não beneficiando do disposto no n.º 2 do artigo 154.º da LOE para 2015. Mais alega que a cobrança de tal valor pela ACSS está desprovido de pressupostos fatuais e jurídicos e nesse sentido a Ecoleziria pediu que a cobrança do valor seja anulada e/ou declarada nula, pela falta de fundamentação e forma legal o que revela a sua inutilidade jurídica.

Em novembro de 2015, aquela Entidade enviou novo e-mail sob a forma de resposta a questões colocadas por diversas entidades alegando que não podia emitir respostas personalizadas para cada entidade. Face ao exposto a Ecoleziria remeteu ao Conselho Diretivo da ACSS uma Reclamação Administrativa reiterando o que já havia dito anteriormente e remetendo os elementos da Empresa como é o caso da escritura de constituição e Estatutos da Empresa para clarificação da situação.

Às reclamações enviadas não foram obtidas respostas e, em 05 de janeiro de 2016 a Empresa foi novamente notificada, via e-mail, para o pagamento de 536,11 €/mensais. Posteriormente, a empresa colocou no TAF de Leiria uma ação administrativa de


Página 22 de 39 



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

impugnação contra a ACSS, IP, com o objetivo de que seja declarado nulo ou pelo menos anulado o ato administrativo praticado pelo Conselho Diretivo da ACSS e também que seja declarada a inexistência do ato administrativo que obriga a Ecoleziria a pagar à ACSS 536,11€ de julho a dezembro de 2015, e cumulativamente seja reconhecido judicialmente que a Ecoleziria não está sujeita a pagar qualquer quantia à ACSS.

Entretanto a DGAL emitiu parecer no sentido de confirmar que efetivamente, era devido também às empresas intermunicipais os valores apresentados pela ACSS, e, entretanto, a Empresa teve indicação do consultor jurídico no sentido de se proceder aos referidos pagamentos. Assim, em dezembro de 2017 a Ecoleziria precedeu ao pagamento de 15.943,02 €, que se referem a valores de 2015, 2016 e até 30 de setembro de 2017.

Processo 531/15.8EASTR (ASAE – Óleos Alimentares Usados)



No dia 23 de abril de 2015 dirigiram-se às instalações da Ecoleziria duas inspetoras da ASAE no sentido de aferir sobre os procedimentos para recolha, encaminhamento e tratamento de óleos alimentares usados. Neste mesmo dia foi realizado o Auto de notícia de contra-ordenação tendo como agentes da infração a Ecoleziria, EIM, entidade que disponibiliza os oleões, Rui Neta, Lda, entidade que realiza o serviço de recolha e encaminha para retomador autorizado e EC3R, entidade que recebe os óleos. Neste auto a Ecoleziria é acusada da realização de operações de gestão de óleos Alimentares Usados por entidades não licenciadas, punível com coima no mínimo de 24.000,00 €, por negligência, e no máximo de 5.000.000,00 €, por dolo.

Posteriormente, em 04 de maio de 2015, a Ecoleziria apresentou a sua defesa pedindo a nulidade da notificação do auto de notícia elaborado, por a ASAE não ser a entidade competente para instruir o processo de contraordenação, uma vez que foi esta a entidade a elaborar o auto de notícia.

Em 02 de agosto de 2016, foram convocadas as testemunhas para prestar declarações no dia 06 de setembro de 2016, na ASAE em Santarém. Após a inquirição não houve, até à data do presente relatório, mais desenvolvimentos sobre a situação.

4.4. Clientes

Relativamente ao Município do Cartaxo, o saldo patente na contabilidade, à data de 31 de dezembro de 2017, ascende a 214.319,53 € (em 31/12/16 ascendia a 2.227.896,61€).


Página 23 de 39 



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1 000 000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

Após ter conseguido viabilizar o Fundo Apoio Municipal com o valor de dívida reconhecida de 2.098.865 €, nos termos do Processo negocial datado de 19 de março de 2015, o Município efetuou, nesse mesmo ano, pagamentos no valor de 730.814,50 €, dos quais 43.905,20 € respeitavam a juros de mora. Em 2016, os pagamentos ascenderam a 268.363,16 €, dos quais 27.012,78 € respeitavam a juros de mora. Em consequência, destes pagamentos, em 10 de fevereiro de 2016, foi dado por extinto o processo por decisão do Tribunal Santarém, pelo facto de o Município do Cartaxo ter efectuado a liquidação do valor total peticionado.

Ainda com o apoio do programa de recuperação financeira, FAM (fundo de apoio municipal), após nova viabilização, até junho de 2017, o Município do Cartaxo efetuou três pagamentos no valor total de 1.740.712,34 €, correspondentes ao valor das faturas desde 2012 até ao final de 2016. No entanto, os juros de mora que tinham sido debitados, entre 2012 e 2015, no valor total de 341.060,82 €, foram perdoados, por decisão do Conselho de Administração, em seguimento do parecer favorável da DGAL, com a ressalva de que tal procedimento não colocasse em causa a tesouraria da Empresa.

Durante o 2.º semestre de 2017 o Município realizou pagamentos no valor de 351.680,99 € relativos a faturação de RSU e 127.939,59 € referentes a juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo ascendia a 214.319,53 €, dos quais 10.901,17 € são referentes a juros de mora e 203.418,24 € a faturação de RSU, desde 31 de agosto de 2017.

O Município de Alpiarça apresentava a 31 de dezembro de 2017 uma dívida de 531.939,88 €, correspondente a faturas e juros de mora desde novembro 2014 até à data atual. Apesar de, em 2016, o Município ter apresentado um plano de pagamento em prestações mensais de 6.050 € cada, que cumpriu até ao mês de dezembro, para o ano de 2017 o Município não apresentou qualquer plano de pagamentos, nem pagou nenhuma fatura. Apesar de terem sido enviados ofícios com o ponto de situação da dívida e a solicitar perspectivas para novos pagamentos, o Município não se pronunciou até ao momento.





5. RECURSOS HUMANOS

Com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, o quadro do pessoal da empresa desagrega-se funcionalmente da seguinte forma:

Quadro do Pessoal		
Função:	31.12.2017	31.12.2016
Administrador Executivo	1	1
Director Técnico	1	1
Responsável Sensibilização Ambiental	1	0
Responsável Administrativo	1	1
Administrativa	2	2
Encarregado Geral	1	1
Manobrador	1	1
Motoristas	6	4
Cantoneiros	8	6
Porteiros	4	3
Total	26	20

✓ **Trabalho Temporário:**

No início do ano de 2017 a Empresa ainda mantinha alguns funcionários com recurso a empresa de trabalho temporário, no entanto, à medida que os contratos dos funcionários foram terminando, a Empresa optou por os contratar a termo certo, uma vez que se revelam imprescindíveis para a laboração da Empresa.







Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matrícula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

✓ **Acidentes de trabalho:**



Nome	Descrição do acidente	Dias de ausência	Data da ocorrência
António Nunes	O funcionário auxiliava na troca de contentores de papel/cartão, quando o contentor se deslocou e o rodo de empurrar que estava em cima do contentor caiu em cima da cabeça.	14 dias	Fevereiro 2017

✓ **Baixas médicas prolongadas:**

Nome	Início	Fim	Total dias de ausência
Arménio Gomes	15-06-2017	29-07-2017	44
Antonieta Rodrigues	01-09-2016	30-04-2017	243
Tristão Estevão	08-06-2017	10-09-2017	95
Manuela Godinho	01-02-2017	19-02-2017	177
	29-03-2017	30-07-2017	
	28-11-2017	A decorrer	
Ana Santos	08-02-2017	21-03-2017	42
Daniel Oliveira Duarte	23-11-2017	03-01-2018	39

✓ **Vigilância Médica**

Procedeu-se à vigilância médica habitual e obrigatória para todos os funcionários.


Página 26 de 39 



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

6. INVESTIMENTO

Durante o exercício de 2017, o investimento ascendeu a **425.751 euros** e consistiu na aquisição do seguinte equipamento:


Designação	Valor	Data (2017)
Equipamento Básico:		
870 Ecopontos de superfície	321.900,00	fev-nov
18 Oleões Ecobox	4.482,00	junho
5 Contentores fechados de 40 m ³	36.625,00	nov-dez
Edifícios e outras construções:		
Execução de pavimento e muro de suporte	58.559,65 €	maio
Execução de degraus em chapa c/ gradeamento 2 lados	1.480,00 €	abril
Execução de telheiro c/ tubo galvanizado c/ cobertura em chapa branca	830,00 €	abril
Ferramentas e Utensílios:		
Termoacumulador	677,50 €	abril
Soprador STIHL	482,19	agosto
Outro Equipamento Administrativo:		
Portátil Fujitsu	714,63 €	abril

7. PROVISÕES

Para matérias ambientais

No cumprimento da legislação ambiental em vigor, nomeadamente do Decreto-Lei nº 183/2009 de 10 de Agosto, que revogou o Decreto-Lei n.º 152/2002 de 23 de Maio, foram constituídas e reforçadas até ao final de 2013, as provisões para as operações de selagem do aterro e da monitorização pós-encerramento.

O estudo e orçamentação das operações acima referidas, no cumprimento da legislação em vigor, enviado ao Director Geral dos Impostos, em 2006, e os desenvolvimentos subsequentes abaixo descritos, sugere que os valores das provisões para selagem e monitorização do aterro sejam aceites como custo fiscal.



Página 27 de 39



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

Contudo, em maio de 2009 foi rececionado da Direção de Serviços de IRC o ofício n.º 11063, informando que o pedido formalizado anteriormente não teve enquadramento legal no Código IRC.

Entretanto no Orçamento do Estado para 2009, foi contemplada a alteração ao art.º 34.º n.º 1 f) do Código do IRC, passando a ser aceite o gasto de tais provisões para efeitos fiscais.

Foi também alterado o art.º 38.º n.º 5, que dispensa as empresas da constituição de um fundo para financiar as necessárias operações, que a Empresa vinha constituindo, desde que seja prestada caução a favor da entidade que aprova o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística.

Por o fundo constituído não estar dotado do valor exigido para fins fiscais, a empresa procedeu à constituição da respetiva caução a favor da CCDR-LVT, no valor de 122.348,24 € em junho de 2009 e efetuou o requerimento à Direção de Serviços do IRC, solicitando de acordo com o estipulado no artigo 71.º da Lei n.º 64-A/2008, a aceitação das provisões mencionadas para os anos de 2005, 2006, 2007 e 2008. Pelo ofício da Autoridade Tributária (AT), nº 13459, de 19/07/13, foi comunicada à Empresa a impossibilidade de repartir o saldo da provisão em causa pelos períodos de 2005 a 2007, sustentada no argumento de duplicação dos gastos fiscais. Contudo, tal posição da AT não tem atualmente consequências práticas para a Empresa, já que o prazo para eventuais correções foi ultrapassado por motivo de caducidade.

O fundo para fazer face às despesas a incorrer com as operações de encerramento e monitorização encontra-se constituído, apresentando no final deste ano o valor de 2.048.743,69 euros, e não o da provisão constituída no valor de 3.483.667 euros, como seria objetivo da Administração.

Os valores finais das provisões para a selagem do aterro e para a monitorização ascendem a 1.414.157 € e a 2.069.510 €, respetivamente.

Página 28 de 39



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1 000 000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A Ecolezíria apresenta no final do ano de 2017, um resultado líquido de 268.392,59 €, a que corresponde uma margem líquida de 8,53%.

Designação	2017	2016	Desvio
Resultado Líquido do Período	268.392,59	171 094,34	97 298,25
Margem Líquida	8,53%	5,33%	

Analisando comparativamente com o período homólogo do ano anterior verifica-se que o resultado líquido aumentou 97.298,25 € e que a margem líquida passou de 5,33% para 8,53%.

O aumento do Resultado Líquido do Período está relacionado com as seguintes situações:

- i) ao nível dos Rendimentos, com o aumento de tarifa em 4 € por tonelada face ao período homólogo, sendo a tarifa em vigor no ano de 2017 de 44 € por tonelada de RSU entregue para tratamento, e com o aumento de produção de energia elétrica;
- ii) ao nível dos Gastos, com a diminuição dos fornecimentos e serviços externos, das depreciações e das provisões.

No quadro seguinte podemos ver as principais alterações ao nível dos gastos:

Gastos	Realizado		Desvio	
	2017	2016	Valor	%
Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas	(162 466,09)	(148 274,23)	(14 191,86)	9,57%
Fornecimentos e Serviços Externos	(1 875 246,47)	(1 934 480,22)	59 233,75	-3,06%
Gastos com o Pessoal	(400 786,18)	(342 751,47)	(58 034,71)	16,93%
Provisões (aumentos/reduções)	(11 400,00)	(73 150,00)	61 750,00	-84,42%
Outros Gastos	(194 534,49)	(173 838,54)	(20 695,95)	11,91%
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	(362 755,81)	(366 886,73)	4 130,92	-1,13%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversão)	0,00	(25 000,00)	25 000,00	-100,00%
Juros e gastos similares suportados	(704,51)	(5 231,11)	4 526,60	-86,53%
TOTAL	(3 007 893,55)	(3 069 612,30)	61 718,75	2,01%

Página 29 de 39



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta um acréscimo 14.191,86 €, estando esta rubrica relacionada com a aquisição de tampas de plástico e com o gasóleo consumido. Relativamente às tampas de plástico existe um decréscimo de 1.496,58 € face ao período homólogo. No entanto, em relação ao gasóleo assiste-se a um acréscimo de 15.688,44 €, justificado pelo aumento de litros consumidos de 6.940 litros em 2017 face ao período homólogo. Esta situação é consequência do aumento do número de turnos para realização da recolha de ecopontos que passou de dois turnos em 2016 para 4 turnos em 2017.

Por outro lado, a rubrica dos fornecimentos e serviços externos apresenta um decréscimo de 59.233,75 €, especificamente na rubrica de tratamento de lixiviado, cujo gasto ascende neste ano a 16.648,59 €, enquanto no período homólogo foi de 146.983,50 €. No ano anterior o tratamento de lixiviado foi efetuado por osmose inversa e com encaminhamento e tratamento numa unidade exterior. Em 2017, face às condições climáticas favoráveis, com pouca pluviosidade e temperaturas elevadas, não houve necessidade de se intensificar o tratamento de lixiviado, encaminhando-o para uma unidade exterior à Empresa.

Também os gastos de depreciação e amortização apresentam um decréscimo de 4.130,92 €, face ao período homólogo, dado que alguns dos ativos fixos tangíveis terminaram a sua vida útil no final de 2016, e, por outro lado, apesar de a Empresa ter investido neste ano 425.750,97 €, o impacto das depreciações dos novos investimentos não se fazerem sentir pelo facto de terem sido realizados maioritariamente a partir de abril de 2017.

Os gastos com o pessoal apresentam um acréscimo de 58.034,71 € relacionado com a contratação de funcionários, em especial os que se encontravam a laborar através de recurso a empresa de trabalho temporário e que transitaram para a Empresa, por serem imprescindíveis para a normal continuação da atividade da Empresa, em especial, ao nível da recolha de ecopontos. Outro fator que também contribuiu para o aumento desta rubrica foi a contabilização de custos relacionados com as despesas com a prestação de serviços do SNS e a despesa de medicamentos aos trabalhadores da entidade, por força do estipulado no artigo 144.º da Lei 42/2016 de 28/12 e que, neste exercício, ascende a 6.216,50 €.

Página 30 de 39



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

As imparidades também apresentam um decréscimo de 25.000 €, uma vez que no período homólogo foi criada uma imparidade para o PIP, que a Empresa mantém reconhecido nas contas, por já se encontrar caducado.

As provisões do exercício ascendem a 11.400,00 € e evidenciam um decréscimo face ao período homólogo de 61.750,00 €. Tal como está referido no ponto 4.3.1 deste relatório esta provisão diz respeito ao processo judicial que corre no Tribunal de Benavente e está referente ao terreno onde se situa a Estação de transferência de Salvaterra de Magos. A provisão do ano anterior no valor de 73.150 € refere-se ao valor das rendas desde agosto de 2010 até 31 de dezembro de 2016. No decorrer deste exercício, a provisão foi reforçada com 950€/ mensais, que continuarão a ser contabilizados mensalmente até ser proferido despacho por parte do Tribunal ou até as partes alcançarem acordo sobre o terreno.

Os Outros gastos evidenciam um acréscimo 20.695,95 € resultante do aumento da Taxa de Gestão de Resíduos, que no período homólogo era de 6,60 € por tonelada e neste exercício aumentou para 7,70 €.

Também o gasto com juros suportados diminuiu em 4.526,60 € face ao período homólogo, sendo que em março de 2017 terminaram os leasings referentes à aquisição de camiões e guas e em setembro terminou o leasing referente à aquisição da osmose inversa. Assim, à data de 31 de dezembro de 2017, não existe nenhum contrato de locação financeira em vigor, nem qualquer outro financiamento.

Os Rendimentos, aumentaram 7.596,70 €, face ao período homólogo, como está evidenciado no quadro seguinte, onde podemos ver as principais alterações ao nível dos rendimentos:

Rendimentos	Realizado		Desvio	
	2017	2016	Valor	%
Vendas e serviços prestados	3 146 266,40	3 210 178,80	(63 912,40)	-1,99%
Subsídios à exploração	768,44	0,00	768,44	100,00%
Outros Rendimentos	214 397,10	143 656,44	70 740,66	49,24%
TOTAL	3 361 431,94	3 353 835,24	7 596,70	0,23%



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

As vendas e serviços prestados apresentam um decréscimo de 63.912,40 €, não obstante o facto de, neste ano, a quantidade de resíduos ter aumentado. Esta rubrica diminuiu por fatores diversos, quer ao nível da venda de materiais para reciclar quer ao nível das prestações de serviços.

No quadro seguinte podemos ver em detalhe as rubricas de vendas e prestações de serviços:

Vendas e serviços prestados	Realizado		Desvio	
	2017	2016	Valor	%
Mercadorias	487 129,08	531 308,15	(44 179,07)	-8,32%
Energia eléctrica	126 676,54	92 264,82	34 411,72	37,30%
Prestações de Serviços	2 532 460,78	2 586 605,83	(54 145,05)	-2,09%
TOTAL	3 146 266,40	3 210 178,80	(63 912,40)	-1,99%

A venda de materiais encaminhados para reciclagem apresenta um decréscimo de 44.179,07 €. Efetivamente, como já foi descrito no ponto 4.1. deste relatório, houve um decréscimo no vidro embora que pouco significativo. Esta diminuição refere-se às embalagens, apesar de as quantidades referentes à recolha e encaminhamento deste material ter aumentado, cujo preço pago por tonelada foi muito inferior ao praticado no período homologado, ascendendo a diferença a cerca de 145 € por tonelada. Também no papel/cartão, não embalagem, apesar de ter aumentado em termos de quantidades encaminhadas para reciclagem, o valor pago por tonelada diminuiu em cerca de 30 € por tonelada. A venda de energia à EDP apresenta uma evolução positiva, embora ainda aquém do desejável, mas face ao período homólogo evidencia um acréscimo de 34.411,72 €.

As prestações de serviços apresentam um decréscimo de 54.145,05 €, não obstante o aumento das quantidades de resíduos urbanos entregues para tratamento. Embora a tarifa tenha aumentado 4,00 € por tonelada e a Taxa de Gestão de Resíduos passado para 7,70 € por tonelada (em 2016 a taxa de gestão de resíduos foi de 6,60 € por tonelada), sucede que no período homólogo a tarifa foi sujeita a atualizações no último trimestre do ano, o que fez com que a tarifa média praticada no ano de 2016 fosse de 45,94 € por tonelada.



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

Na rubrica de Outros Rendimentos verifica-se um acréscimo de 70.740,66 € face ao período homólogo. Para este aumento contribuíram, consideravelmente, os juros de mora pagos pelo município de Cartaxo, que no ano de 2017 ascenderam a 127.939,59€. No entanto os juros de depósitos obtidos registaram um decréscimo de 7.849,49 €, em virtude de as taxas de juros de depósitos a prazo estarem em descida continua ao longo deste ano.

O quadro seguinte apresenta um comparativo dos indicadores económicos relativos a 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Indicador	2017	2016	Desvio	
			Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	3 146 266 €	3 210 179 €	-63 912	-1,99%
Resultado líquido	268 393 €	171 094 €	97 298	56,87%
Capitais próprios	1 888 439 €	1 671 644 €	216 795	12,97%
Activo não corrente	3 170 941 €	3 228 015 €	-57 074	-1,77%
Activo corrente	3 472 986 €	3 725 849 €	-252 863	-6,79%
Activo total	6 643 927 €	6 953 864 €	-309 937	-4,46%
Passivo não corrente	3 568 217 €	3 556 817 €	11 400	0,32%
Passivo corrente	1 187 272 €	1 725 403 €	-538 132	-31,19%
Passivo total	4 755 489 €	5 282 220 €	-526 732	-9,97%

Tal como está referido anteriormente, as Vendas e prestações de serviços apresentam um decréscimo de 1,99% face ao período homólogo.

O resultado líquido do período apresenta um acréscimo de 56,87% face ao período homólogo.

Os Capitais Próprios aumentaram 12,97% face a 31 de dezembro de 2016 uma vez que o resultado referente ao ano de 2016, foi aplicado, na integra, em outras reservas – reserva para investimento, por deliberação do sócio único da Empresa – RESIURB.

O ativo não corrente apresenta um decréscimo de 1,77% derivado da diminuição das aplicações financeiras, uma vez que a aplicação referente à garantia do leasing da osmose inversa foi transferida para depósitos a prazo, após o leasing ter terminado.



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

O ativo corrente apresenta um decréscimo de 6,79%, em resultado da diminuição da rubrica de Clientes, uma vez que o Município do Cartaxo pagou parte substancial dos valores em mora. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo deste Município era de 214.319,53 €, enquanto que no período homologo era de 2.227.896,61 €. Assim, o ativo total apresenta um decréscimo de 4,46%

O Passivo não corrente apresenta um acréscimo de 0,32%, referente ao reforço da provisão (11.400€) para o processo judicial relativo ao terreno onde se situa a estação de Transferência de Salvaterra de Magos. O passivo corrente evidencia uma diminuição de 31,19% que resulta, essencialmente, do perdão dos juros de mora ao Município do Cartaxo, no valor de 341.060,82 €, no decorrer do 1.º semestre e do recebimento de juros de mora no valor de 127.939,59 €, em dezembro de 2017. Esta redução originou uma diminuição do passivo total em 9,97% relativamente a dezembro de 2016.

No quadro seguinte apresenta-se a comparação dos rácios da Empresa, em 31 de dezembro de 2017, com o período homólogo anterior:

Rácios	2017	2016
Margem líquida	8,5%	5,3%
Liquidez geral	2,93	2,16
Autonomia financeira	28,4%	24,0%
Solvabilidade	39,7%	31,6%
Rentabilidade dos capitais próprios	14,2%	10,2%
Rentabilidade do Ativo Total	4,0%	2,5%
Prazo Médio de Recebimento (dias)	112	321

A margem líquida, tal como já foi referido anteriormente fixou-se em 8,5% evidenciando um acréscimo significativo em relação a 31 de dezembro de 2016, devido ao aumento das receitas com a venda de energia à EDP e da rubrica de outros rendimentos, relacionado com o recebimento de juros de mora e pela diminuição dos gastos com fornecimentos e serviços externo e com as provisões.

A liquidez geral aumentou para 2,93 em resultado do aumento da rubrica de Caixa e depósitos bancários, por o valor remanescente da aplicação financeira do Santander



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almerim
Nº Matrícula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

Totta, que estava a servir de garantia ao leasing da osmose inversa, ter sido transferida para a rubrica de depósitos a prazo, e pelo facto de o Município do Cartaxo ter pago quase a totalidade dos valores em mora. Os pagamentos realizados no ano de 2017 pelo município mencionado permitiram que o prazo médio de recebimentos fosse reduzido em 209 dias, passado de 321, em 2016, para 112, em 2017.

A autonomia financeira aumentou para 28,40%, em resultado do aumento dos Capitais próprios e da redução do ativo total. Também a solvabilidade aumentou face ao período homólogo devido ao decréscimo do passivo total e ao aumento dos Capitais próprios. Quanto à rentabilidade dos Capitais Próprios esta fixou-se nos 14,2%, em resultado do aumento do resultado líquido e também dos capitais próprios.

Em relação ao período homólogo, a Empresa melhorou os indicadores de desempenho encontrando-se numa situação mais estável e equilibrada.

9. PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No quadro abaixo apresentam-se os contratos em vigor em 31 de dezembro de 2017, adjudicados em observância às normas da contratação pública:

Procedimento	Designação	Data inicio	Valor	Empresa
Concurso Público	Aquisição de gasóleo a granel	Junho/17	170.000,00 €	Lubrifuel, Lda
Ajuste Direto	Aquisição de serviços de vigilância humana	Abril/17	46.116,00 €	Proteção Total
Ajuste Direto	Renting de viatura	Abril/14	23.000,00 €	LeasePlan Portugal
Ajuste Direto	Serviço de limpeza das instalações	Julho/17	5.432,00 €	KG Services
Concurso Público	Operação e manutenção da Osmose Inversa	Junho/17	110.000,00 €	Keep On, Lda
Ajuste Direto	Transporte, recepção, triagem e expedição de Papel/Cartão para a SPV	Dezembro/17	74.500,00 €	Correia e Correia, SA
Concurso Publico	Transporte, recepção, triagem e expedição de	Mai/17	144.100,00 €	TRIU, SA



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

	Embalagens para a SPV			
Concurso Público Internacional	Transporte e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos	Março/17	900.000,00 €	RESITEJO
Ajuste Direto	Aquisição de serviços para manutenção e reparação de viaturas	Outubro/15	15.000,00 €	Caneira, Lda
Ajuste Direto	Aquisição de seguros	Dezembro/15	121.592,73 €	Seguradoras Unidas, SA
Concurso Público	Transporte de lixiviado	Outubro/15	100.000,00 €	Freiplana
Ajuste Direto	Aquisição de pneus homologados e serviços de reparação/ assistência	Março/17	40.000,00 €	ISB – Pneus, Lda
Ajuste Direto	Exploração da Central de Valorização Energética	Abril/16	74.000,00 €	PA Residel
Ajuste Direto	Comunicações de Voz e dados fixos e móveis	Novembro/17	8.709,12	MEO, SA
Ajuste Direto	Fornecimento de energia elétrica	Junho/16	74.000,00 €	EDP

10. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Não se registaram eventos subsequentes relevantes após 31 de dezembro de 2017, que implicassem ajustamento às contas ou divulgação específica.

11. PERSPETIVAS PARA O ANO DE 2018

Relativamente à recolha seletiva de materiais, é intenção da Empresa promover a sensibilização junto dos Municípios no sentido de fomentar um aumento da reciclagem e o desvio de matéria orgânica a ser tratada exteriormente.

Mantém-se como principais metas para o ano de 2018, as seguintes:



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

- a) Realização de campanhas de sensibilização com vista ao aumento de reciclagem por parte dos Municípios, em eventos, escolas, etc;
- b) Continuação da colocação de ecopontos;
- c) Promoção do aumento da eficácia da Recolha Seletiva;
- d) Limpeza de ecopontos;
- e) Intensificação do esforço de cobrança junto dos Municípios e de outros devedores com pagamentos em atraso;
- f) Promoção da formação adequada dos trabalhadores da empresa;

12. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos e para cumprimento do estabelecido na alínea f), n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Período, no montante de **268.392,59 €** (duzentos e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e dois euros e cinquenta e nove cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal	26.839,26 €
Outras Reservas	241.553,33 €
Total	268.392,59 €

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

A empresa não tem dívidas perante a Segurança Social, o Estado e os Trabalhadores, em situação de mora.

A empresa não possui sucursais.

A empresa não detém, adquiriu ou alienou ações próprias, durante o ano de 2017.



Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017

Não ocorreram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus Administradores, no decorrer do ano de 2017.

Almeirim, 03 de abril de 2018

O Conselho de Administração


Dionísio Simão Mendes


Carlos António Coutinho


Maria de Fátima Galhardo







Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
Nº Matricula e NIPC 504 871 650
Capital Social: € 1.000.000

Relatório de Gestão e Exploração – Ano de 2017


ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2017

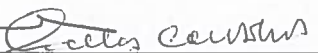
Participações detidas por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização:


Para efeitos do nº 5 do artº 447 do C.S.C. refere-se que nenhum dos membros do Conselho de Administração e Fiscal Único, detêm ações do capital social da empresa.

Almeirim, 03 de abril de 2018

O Conselho de Administração


Dionísio Simão Mendes


Carlos António Coutinho


Maria de Fátima Galhardo

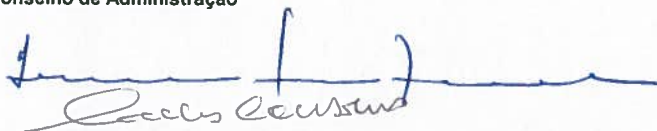
Ecoleziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
 Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
 Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
 NIPC: 504 871 650
 Capital Social: 1.000.000 €

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

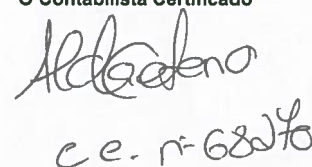
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	11	3 146 266,40	3 210 178,80
Subsídios à exploração	13	768,44	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	(162 466,09)	(148 274,23)
Fornecimentos e serviços externos	20.3	(1 875 246,47)	(1 934 480,22)
Gastos com pessoal	18	(400 786,18)	(342 751,47)
Provisões (aumentos/reduções)	12	(11 400,00)	(73 150,00)
Outros rendimentos	13/20.5	214 397,10	143 656,44
Outros gastos	20.6	(194 534,49)	(173 838,54)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		716 998,71	681 340,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(362 755,81)	(366 886,73)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversão)	6/9		(25 000,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		354 242,90	289 454,05
Juros e gastos similares suportados	17.5	(704,51)	(5 231,11)
Resultado antes de impostos		353 538,39	284 222,94
Imposto sobre rendimento do período	15	(85 145,80)	(113 128,60)
Resultado líquido do período	20.7	268 392,59	171 094,34
Resultado por ação básico		134,20	85,55

Almeirim, 03 de abril de 2018

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



c.e. n.º 682/10



Ecoleziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM

Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa

Conservatória do Registo Comercial de Almeirim

NIPC: 504 871 650

Capital Social: 1.000.000 €

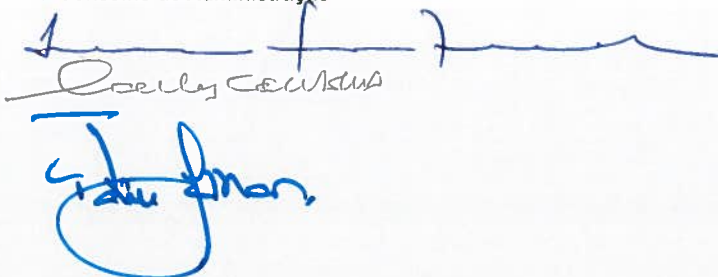
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade monetária: euros

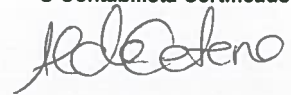
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2017	31.12.2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7/8	1 102 122,27	1 039 799,25
Ativos intangíveis	6/9	20 075,33	20 075,33
Outros investimentos financeiros	16	2 048 743,69	2 168 140,64
		3 170 941,29	3 228 015,22
Ativo corrente			
Inventários	10	17 233,24	9 440,20
Clientes	17.2	1 048 252,54	2 987 364,20
Estado e outros entes públicos	20.1	192 925,31	117 331,63
Outros créditos a receber	17.3	27 538,85	176 545,56
Diferimentos	20.4	14 449,61	13 438,46
Caixa e depósitos bancários	4	2 172 586,47	421 728,95
		3 472 986,02	3 725 849,00
Total do ATIVO		6 643 927,31	6 953 864,22
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	17.7	1 000 000,00	1 000 000,00
Reservas legais	17.8	158 504,56	141 395,13
Outras reservas	17.8	153 984,91	0,00
Resultados transitados	17.8	171 740,54	171 740,54
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	13	135 816,18	187 413,94
		1 620 046,19	1 500 549,61
Resultado líquido do período	20.7	268 392,59	171 094,34
Total do Capital Próprio		1 888 438,78	1 671 643,95
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	12	3 568 217,00	3 556 817,00
		3 568 217,00	3 556 817,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.4	836 742,34	910 217,45
Estado e outros entes públicos	20.1	14 752,76	50 559,71
Financiamentos obtidos	8/17.5	0,00	68 270,32
Outras dívidas a pagar	17.6	219 238,51	164 045,21
Diferimentos	20.4	116 537,92	532 310,58
		1 187 271,53	1 725 403,27
Total do Passivo		4 755 488,53	5 282 220,27
Total do Capital Próprio e do Passivo		6 643 927,31	6 953 864,22

Almeirim, 03 de abril de 2018

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado


e.e.n.º 68240

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2016

DESCRÇÃO		NOTAS	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016		1	50 000,00				301 531,49	533 212,26	256 651,38		164 343,04		1 305 738,17
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
■ Aplicação dos resultados							25 665,14	230 986,24	(256 651,38)				
■ Subsídio para investimento									171 740,54		23 070,90		194 811,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		2					25 665,14	230 986,24	(84 910,84)		23 070,90		194 811,44
RESULTADO INTEGRAL		3											
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		4=2+3											
Realizações de capital			950 000,00				(185 801,50)	(764 198,50)					171 094,34
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016		5	950 000,00				(185 801,50)	(764 198,50)	171 740,54				365 905,78
		6=1+2+3+5	1 000 000,00				141 395,13		171 740,54		187 413,94	171 094,34	1 671 643,95

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2017

DESCRÇÃO		NOTAS	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017		6	1 000 000,00				141 395,13		342 834,88		187 413,94		1 671 643,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
■ Aplicação de resultados		17.8					17 109,43	153 984,91	(171 094,34)				(51 597,76)
■ Subsídios para investimento		17.8/13							(171 094,34)		(51 597,76)		(51 597,76)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		7					17 109,43	153 984,91	(171 094,34)		(51 597,76)		(51 597,76)
RESULTADO INTEGRAL		8											
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		9=7+8											
Realizações de capital												268 392,59	268 392,59
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017		10	1 000 000,00				158 504,56	153 984,91	171 740,54		135 816,18	268 392,59	1 888 438,78
		6+7+8+10	1 000 000,00				158 504,56	153 984,91	171 740,54		135 816,18	268 392,59	1 888 438,78

O Conselho de Administração

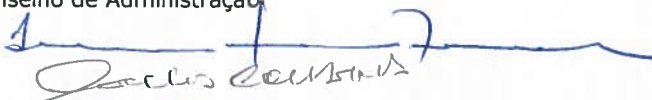


O Contabilista Certificado


Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

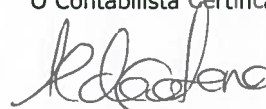
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		5 188 073,34	3 052 476,37
Pagamentos a fornecedores		-2 349 343,07	-2 252 736,31
Pagamentos ao pessoal		-390 077,93	-344 443,38
Caixa gerada pelas operações		2 448 652,34	455 296,68
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-138 337,89	-33 015,71
Outros recebimentos/pagamentos		-130 385,99	-202 137,31
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2 179 928,46	220 143,66
Fluxos de Caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		489 806,41	90 207,65
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		119 396,95	0,00
Subsídios ao investimentos		0,00	24 263,04
Juros e rendimentos similares		10 510,07	17 912,81
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-359 899,39	-48 031,80
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		68 268,94	141 315,47
Juros e gastos similares		902,61	5 367,79
Outras operações de financiamento		0,00	58 260,83
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-69 171,55	-204 944,09
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 750 857,52	-32 832,23
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	421 728,95	454 561,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2 172 586,47	421 728,95

Almeirim, 03 de abril de 2018

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



Ecoleziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
 Estrada Nacional 114, Raposa, 2080-701 Raposa
 Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
 NIPC: 504 871 650
 Capital Social: 1.000.000 €

Mapa de Execução Orçamental do Investimento

Moeda: EUR

Descrição	Exercício de 2017		Mês de aquisição	Observações
	Previsto	Executado		
Ecopontos de superfície	390 000,00	321 900,00	fev-dez/17	
18 Oleões Ecobox		4 482,00	jun/17	
Execução de pavimentos e muro de suporte no Centro tratamento de Raposa		58 559,65	mai/17	
Portátil Fujitsu		714,63	abr/17	
Contentor metálico fechado de 40 m3		36 625,00	nov/dez 17	
Soprador STIHL BR600 Magnum		482,19	ago/17	
Termoacumulador		677,50	abr/17	
Execução de escada com degraus em chapa		1 480,00	abr/17	
Execução de telheiro com cobertura em chapa		830,00	abr/17	
Totais	390 000,00	425 750,97		

Almeirim, 03 de abril de 2018

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado